



OS SENTIDOS DA NATUREZA: IMPLICANDO OS SABERES DECOLONIAIS NOS ESTUDOS DISCURSIVOS ECOLINGUÍSTICOS

Lorena Araújo de Oliveira Borges (*Universidade Federal de Alagoas*)

Resumo: O presente ensaio tem o objetivo de refletir sobre como os estudos discursivos propostos no seio da Ecolinguística podem se beneficiar do diálogo profundo com os Saberes Decoloniais. À luz das propostas filosófico-teóricas dos estudos ecolinguísticos do discurso (COUTO et al., 2015; STIBBE, 2015; BORGES, 2020; 2021; COUTO; FERNANDES, 2020) e dos estudos decoloniais (QUIJANO, 2000; 2007; BOFF, 2012; ACOSTA, 2016; SANTOS, 2008; 2010; dentre outros), buscamos aventar uma chave interpretativa que considere, na explanação social das questões analisadas, os sentidos da Natureza. O ensejo para tal parte da percepção de que a Natureza possui, por si própria, uma força agenciadora, fomentando diferentes sentidos e configurando identidades, ou seja, ela participa ativamente e de maneira não determinística na construção das múltiplas sensibilidades de mundo que a habitam. Entretanto, frequentemente, essa agência é apagada no contexto das sociedades ocidentalizadas, sendo a Natureza entendida como uma *posse* ou *domínio a ser conquistado, domesticado, moldado* etc.

Palavras-chave: Discursos; Natureza; Ecolinguística; Saberes Decoloniais

Abstract: This essay aims to reflect on how the discursive studies proposed within Ecolinguistics can benefit from a deep dialogue with Decolonial Knowledges. In the light of the theoretical philosophical proposals of ecolinguistic discourse studies (COUTO et al., 2015; STIBBE, 2015; BORGES, 2020; 2021; COUTO; FERNANDES, 2020) and decolonial studies (QUIJANO, 2000; 2007; BOFF, 2012; ACOSTA, 2016; SANTOS, 2008; 2010; among others), we seek to suggest an interpretative key that considers, in the social explanation of the analyzed issues, the meanings of Nature. The occasion for this comes from the perception that Nature has, by itself, an agency force, fostering different meanings and configuring identities, that is, it participates actively and in a non-deterministic way in the construction of the multiple sensibilities of the world that inhabit it. However, this agency is often erased in the context of Westernized societies, with Nature understood as a *possession* or *domain to be conquered, domesticated, molded*, etc.

Keywords: Discourses; Nature; Ecolinguistics; Decolonial Knowledges.

Introdução

O trabalho apresentado aqui é fruto de algumas reflexões iniciais sobre como seria possível, no âmbito dos estudos discursivos, tratar a Natureza não como um objeto discursivizado, mas como uma Sujeita produtora de sentidos. Com esse intuito, procuro colocar em diálogo os estudos discursivos desenvolvidos no âmbito da Ecolinguística (COUTO et al., 2015; STIBBE, 2015; BORGES, 2020; BORGES; COUTO, 2021; COUTO; FERNANDES, 2020) e as discussões onto-epistemológicas sobre a Natureza desenvolvidas no seio dos Estudos Decoloniais (QUIJANO, 1992; MALDONADO-TORRES, 2007; ACOSTA, 2016).

A escolha pela *decolonialidade* se deve ao fato de que ela se configura como uma ferramenta política, epistemológica e social que busca a superação das opressões e das estruturas que caracterizam a colonialidade (QUIJANO, 1992). Esta, por sua vez, refere-se “à forma como o trabalho, o conhecimento, a autoridade e as relações intersubjetivas se articulam através do mercado capitalista mundial e da ideia de raça” (MALDONADO-TORRES, 2007, p. 131); organiza-se, portanto, como uma matriz, estruturada a partir do controle de uma rede complexa de diferentes aspectos sociais, motivo pelo qual torna-se possível falar em *colonialidade do poder* (controle da economia, controle da autoridade, controle da natureza e dos recursos naturais), *colonialidade do saber* (controle do conhecimento, controle dos regimes de verdade) e *colonialidade do ser* (controle do gênero e da sexualidade, controle da subjetividade). Criada a partir de um contexto sócio-histórico que envolve a invasão de territórios africanos, asiáticos e americanos e o tráfico maciço de africanos escravizados pelos europeus, a colonialidade é, segundo Mignolo (2017), o lado obscuro da modernidade¹, sem o qual esta não poderia existir.

Contrapondo-se à lógica da colonialidade/modernidade, os Saberes Decoloniais buscam fornecer um instrumental de análise crítica ao pretensão sujeito universal, localizando complexos sistemas de opressão, dominação e exploração que se entrecruzam nas noções de raça, classe, gênero, sexualidade, espiritualidade, corporalidade, fomentando uma decolonização dos saberes e dos Seres para decolonizar os poderes. Para tanto, assumem posicionamentos reconhecidamente *subalternizados* e contrários à pretensão dos saberes hegemônicos, contribuindo para a

¹ Mignolo (2017, p. 2) aponta que a modernidade é “uma narrativa complexa, cujo ponto de origem foi a Europa, uma narrativa que constrói a civilização ocidental ao celebrar as suas conquistas enquanto esconde, ao mesmo tempo, o seu lado mais escuro, a colonialidade”.

ECO-REBEL

compreensão dos mecanismos de dominação situados que constituem as práticas sociais contemporâneas e para a construção de outras narrativas, pautadas no reconhecimento da existência de indivíduos e Seres que são historicamente invisibilizados.

Para desenvolvermos a proposta apresentada, divido o presente artigo em três partes. Na primeira seção, explico brevemente como os estudos discursivos vêm sendo abordados no âmbito da Ecolinguística. Na segunda seção, apresento as narrativas hegemônicas sobre a Natureza e como elas configuram os pontos de vista que temos sobre essa entidade e sobre as sensibilidades de mundo que a habitam. Para finalizar, na terceira seção, mostro como as discussões decoloniais, em especial a noção de *Bem Viver*, podem contribuir para a construção de uma chave interpretativa que considere, na explanação social das questões analisadas, os *sentidos da Natureza*.

Os discursos nos estudos Ecolinguísticos

Os estudos do Discurso, de modo geral, procuram investigar como os sentidos são materializados nos textos que circulam cotidianamente nas mais diferentes práticas sociais e que efeitos esses textos produzem nessas práticas. Quando falamos em textos, não estamos falando apenas em *textos linguísticos*, articulados por meio da modalidade oral ou escrita da língua. Texto, aqui, deve ser compreendido como um *todo de sentido*, “uma rede diferencial, um tecido de traços referindo-se interminavelmente a algo diferente de si mesmo, a outros traços diferenciais” (DERRIDA, 1979, p. 84), podendo ser verbal, visual, sonoro, dentre outras modalidades. Trata-se, portanto, de uma rede de sentidos que materializa determinados significados ao mesmo tempo em que é assombrada pelos significados outros que não são contemplados nela.

Essa rede de sentidos circula socialmente e narrativiza o mundo, construindo histórias sobre como devemos reconhecer a nós mesmas e apreender o mundo e validando determinados discursos enquanto deslegitima outros (FAIRCLOUGH, 2003). Dessa maneira, ao entrar em contato com textos, a analista do discurso deve sempre se questionar sobre as narrativas que eles validam ou desautorizam, que vidas eles valorizam ou desvalorizam, e – uma vez que estamos situadas no campo dos estudos discursivos – como eles fazem isso linguisticamente. Os diversos campos dos estudos discursivos fazem isso de diferentes maneiras, investigando questões como os aspectos sociais e ideológicos que impregnam as palavras (FERNANDES, 2015), os modos como o poder, a dominância e a iniquidades são ativados, iterados, legitimados ou contestados por meio dos

ECO-REBEL

textos (VAN DIJK, 2001), as relações discursivas empreendidas por sujeitos historicamente situados (BRAIT, 2006), etc.

A Ecolinguística, já tem algum tempo, tem se preocupado em estudar como o Discurso impacta os ecossistemas que integram a vida, determinando o que deve ou não ser valorizado, isto é, quais vidas são passíveis de luto e, por conta disso, têm sua existência garantida. No âmbito dos estudos ecolinguísticos, duas vertentes se destacam em relação aos estudos dos discursos: a Ecolinguística Crítica e a Análise de Discurso Ecológica.

Na *Ecolinguística Crítica*, o foco das investigações recai sobre como os sentidos produzidos por diferentes discursos contribuem para a destruição ou para a construção de uma inteligibilidade da vida (STIBBE, 2014; 2015). Para tanto, ela se utiliza das categorias de análise propostas pela Análise de Discurso Crítica e classifica os discursos de três maneiras distintas: i) *destrutivos*: aqueles que coadunam com ideologias que atuam em prol da destruição ecológica; ii) *ambivalentes*: aqueles que mesmo tendo o objetivo de elucidar problemas ecológicos, são influenciados por interesses que atuam no sentido contrário; iii) *benéficos*: aqueles que contemplam interações mais saudáveis entre humanos e Natureza.

A *Análise de Discurso Ecológica* (COUTO et al., 2015; COUTO; FERNANDES, 2020; COUTO; SILVA, 2020), por sua vez, baseia-se nos princípios da Ecologia Profunda (NAESS, 1973) com o intuito de dissolver as barreiras entre humano e Natureza, promovendo a exaltação da vida em primeiro lugar. Nesse sentido, busca, conforme explicam Couto e Fernandes (2020, p. 18), “descrever e analisar a construção de sentidos gerados por sujeitos que empregam linguagens dentro de contextos ecológicos interacionais de comunicação”. Propõe-se, assim, a realizar um estudo da interação comunicativa e dos discursos que se materializam nela, conectando seres humanos e Natureza, considerados partes pertencentes e formadoras de um mesmo ecossistema.

Para ambas perspectivas, existe um apagamento dos *sentidos* da Natureza e dos Meios Ambientes nos estudos discursivos de modo geral, sendo estes frequentemente apresentados como meros espaços apropriados e ocupados sobre o qual produzimos sentidos; nunca, portanto, fontes de sentidos. Essa é uma percepção que se fundamenta na lógica da colonialidade/ modernidade (MIGNOLO, 2017) que estrutura a maior parte das sociedades ocidentalizadas contemporâneas. É exatamente contra esse ponto de vista único, construído e reiterado também por meio dos

ECO-REBEL

discursos, que a Ecolinguística pretende atuar, garantindo que outras formas de se pensar e viver a Natureza e os Meios Ambientes possam ser contempladas nos estudos linguísticos.

Com o intuito de aventar uma chave interpretativa que possibilite a construção de outras narrativas sobre a Natureza, recorro, aqui, aos Saberes Decoloniais, conforme apontado no início deste ensaio. Antes, entretanto, gostaria de apresentar a maneira como os discursos hegemônicos sobre a Natureza e os Meios Ambientes vêm narrativizando, historicamente, essas entidades e como essas narrativas determinam as maneiras como nos relacionamos com elas, entendendo-as como coisas (objetos) em vez de Outros (Sujeitos).

A Natureza nos discursos hegemônicos

Já venho apontando, há algum tempo (BORGES; COUTO, 2021), que a maneira como a Natureza é pensada e integrada às vivências humanas varia de acordo com as diferentes sociedades. No seio das sociedades capitalistas ocidentalizadas, como é o caso da brasileira, tanto a Natureza quanto as sensibilidades de mundo que a habitam são, frequentemente, narrativizadas a partir da lógica da colonialidade/modernidade (MIGNOLO, 2017) que se estabeleceu a partir da expansão marítima, no século XVI, e se cristalizou com a Revolução Científica do século XVII. Para essa lógica, a Natureza é concebida como uma posse humana, um domínio a ser conquistado, uma propriedade a ser domesticada, ajustada, moldada, configurada, etc. Nesses termos, cabe aos humanos se apropriarem da Natureza e extraírem dela todos os *recursos* possíveis, impondo a ela seus desejos e suas vontades.

Aqui, ou os saberes da Natureza, os poderes que ela configura e os Seres que a habitam são apresentados como insignificantes e incapazes (*selvagens*) ou eles são *exóticos*, à disposição para serem exibidos aos *civilizados*, estes, sim, os detentores do desenvolvimento e do progresso. São essas as narrativas reiteradas em textos oficiais e midiáticos que representam as comunidades indígenas como *infantilizadas*, apresentando-as como incapazes de cuidar de suas próprias terras. Um exemplo disso é a seguinte fala do ex-presidente brasileiro, Jair Bolsonaro, na Organização das Nações Unidas, em 2019:

O Brasil agora tem um presidente que se preocupa com aqueles que lá estavam antes da chegada dos portugueses. O índio não quer ser latifundiário pobre em cima de terras ricas. Especialmente das terras mais ricas do mundo. É o caso das reservas Ianomâmi e Raposa Serra do Sol. Nessas reservas, existe grande

ECO-REBEL

abundância de ouro, diamante, urânio, nióbio e terras raras, entre outros (BRASIL, 2019).

Ao *advogar* em nome dos povos indígenas, dizendo o que eles querem/devem fazer ou não em relação às suas terras, Bolsonaro materializa discursos recorrentes em nossas sociedades sobre os indígenas, *pobres latifundiários* que habitam *terras ricas em recursos* e, por falta de tecnologia, são incapazes de explorá-las. Trata-se de uma perspectiva capitalista e mercadológica, que assume a Natureza como um grande reservatório de recursos naturais, uma fonte pretensamente inesgotável de materiais valiosos – ouro, diamante, urânio, nióbio. Nessa lógica, o homem branco, europeizado, *salvador*, seria o responsável por levar o progresso, o desenvolvimento e a modernização a esses povos, ensinando-lhes a *controlar* e *usurpar* a Natureza.

Essa é apenas uma das maneiras como aquilo que venho chamando de *retórica da preservação* (BORGES; COUTO, 2021) se manifesta linguisticamente nos discursos hegemonizados sobre a Natureza. Entendo por *retórica da preservação* uma configuração discursiva que, ao apresentar o cuidado e a preservação da Natureza como uma necessidade imponderável para a sobrevivência daqueles que são considerados humanos – os homens brancos cis-heteronormativos, sem deficiências, jovens, dentre outros marcadores sociodiscursivos –, perpetua a opressão e a destruição da Natureza e das múltiplas sensibilidades de mundo (MIGNOLO, 2017) que a habitam.

Além da infantilização e da deslegitimação das vivências das comunidades que não comungam com a concepção capitalista e mercadológica que subjaz à lógica da colonialidade/modernidade, a *retórica da preservação* também possui outras características semióticas recorrentes, como a eufemização dos efeitos da destruição, o apagamento dos responsáveis pela destruição, a valorização e a visibilização de apenas pequenos recortes da Natureza e das sensibilidades de mundo que a habitam, dentre outros.

A *eufemização dos efeitos da destruição da Natureza* é recorrente nos discursos hegemonizados, como os políticos ou midiáticos, que apontam as consequências do desmatamento e do uso desenfreado da Natureza, indicando que estas serão enfrentadas apenas em um futuro distópico. Muitas vezes, esses supostos futuros aparecem representados até mesmo em imagens com baixa modalidade, ou seja, que não retratam o mundo de maneira fidedigna (KRESS; VAN LEEUWEN, 2006). Entretanto, para milhares de Seres ao redor do mundo que tiveram seus modos de vida alterados ao longo das últimas décadas, esses efeitos já se fazem bastante presentes.

ECO-REBEL

Linguisticamente, a eufemização pode ocorrer, por exemplo, por meio da modalização, categoria da Linguística Sistêmico-Funcional (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004) utilizada para expressar a assertividade dos falantes em relação aos enunciados que emitem. Ao selecionar verbos modais como *pode* (e.g. as consequências do aquecimento global *podem* ser desastrosas), o falante/escritor representa os efeitos da destruição em termos de probabilidade, ou seja, pode ser que eles ocorram, pode ser que eles não ocorram. Entretanto, as respostas mais recentes da Natureza à destruição à qual ela é submetida, como as inundações em regiões costeiras, o desaparecimento de ilhas, as ondas de frio e de calor intensos em diferentes regiões do mundo, as pandemias etc., deixam explícitos os efeitos dessa devastação.

O *apagamento dos responsáveis pela destruição* já foi mapeado de duas maneiras distintas nos discursos hegemônicos (BORGES; COUTO, 2021). A primeira delas envolve culpar um coletivo, como os *seres humanos*, pela destruição, sem apontar quem de fato são os verdadeiros responsáveis por cada um dos processos que devastam a Natureza. A supressão desses atores sociais nos textos contribui para a construção da ideia de que todos os humanos destroem a Natureza de maneira igual, o que não é verdade. A pegada ecológica de todo um povoado ribeirinho na Amazônia, por exemplo, é extremamente menor que a de um milionário e/ou bilionário que viaja de jatinhos e envia foguetes ao espaço, ou seja, aqueles têm pouquíssimo impacto na destruição da Natureza, ao contrário deste.

A segunda forma de apagamento mapeada foi o uso de *nominalizações*, um “fenômeno em que qualquer elemento ou grupo de elemento, frase ou oração pode funcionar como uma estrutura nominal” (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014, p. 358). O próprio termo *destruição* é uma nominalização que encapsula um processo material transformacional (destruir), apagando um ator que comete a ação (aquele que destrói), uma meta (aquilo que é destruído) e as circunstâncias implicadas nesse processo. Assim, quando os textos oficiais apontam, por exemplo, que *o desmatamento provoca a desertificação*, eles invisibilizam os verdadeiros agentes do desmatamento e, portanto, da desertificação.

Quanto à *valorização e visibilização de pequenos recortes da Natureza e das sensibilidades de mundo que a habitam*, é possível perceber que, toda vez que um texto aborda a preservação da Natureza, estabelece quais são os pedaços desta que precisam ser protegidos: a Amazônia, o Cerrado, a Mata Atlântica, dentre outros. O que precisa ser preservado, nesse sentido, é aquilo que é exótico aos olhos humanos, que possui alguma característica considerada especial. Essa ideia de

ECO-REBEL

preservação alcança um limite lógico quando nos atentamos para o fato de que ela se volta apenas para algumas áreas – aquelas poucas que ganham destaque e visibilidade –, garantindo a possibilidade de devastação de todas outras. Assim, se o fazendeiro preserva uma determinada área da sua propriedade, conhecida como Área de Proteção Ambiental (APA), ele pode transformar todo o resto em pasto. O que justifica a escolha da área que será preservada e a escolha da área que não será preservada? A resposta, na lógica da colonialidade/modernidade capitalista é sempre econômica.

Atento a essa *retórica da preservação* e das narrativas que ela atualiza cotidianamente em centenas de textos que representam a Natureza, o giro ecológico propõe um grande desafio para os estudos discursivos: reconhecer e produzir outras narrativas sobre a Natureza, de modo a assumi-la não como um objeto ocupado pelos seres humanos, mas como uma Sujeita produtora de *sentido*. A meu ver, os Saberes Decoloniais, conforme veremos na próxima seção, podem trazer grandes contribuições para essa mudança de perspectiva.

A Natureza nos Saberes Decoloniais

Para reencantarmos a Natureza, entendendo-a como Sujeita produtora de sentido, precisamos, primeiramente, posicionar-nos em um *ontos* que nos possibilite aventar outras chaves interpretativas para explicar as questões investigadas no âmbito dos estudos discursivos. Na proposta apresentada aqui, recorreremos às perspectivas ecossocialistas do Sul fundamentadas em práticas comunitárias e em cosmovisões tradicionais conhecidas como *Bem Viver*. Trata-se de um modo de vida que busca integrar pessoas, Natureza, Seres, fomentando a criação de um modelo econômico que não tome o capitalismo como parâmetro. Conforme Acosta (2016, p. 21) explica,

o Bem Viver – ou melhor, os bons conviveres – é uma oportunidade para construir um mundo diferente, que não será alcançado apenas com discursos estridentes, incoerentes com a prática. Outro mundo será possível se for pensado e erguido democraticamente, com os pés fincados nos Direitos Humanos e nos Direitos da Natureza.

Para tanto, o Bem Viver propõe alguns desafios fundamentais às sociedades ocidentalizadas contemporâneas. Primeiro, ele aponta que é necessário superarmos a noção de *desenvolvimento*, uma nominalização que compartimentaliza e apaga os atores, as metas e as circunstâncias de um processo. Poderíamos nos questionar sobre o que é, de fato, *desenvolver*?

ECO-REBEL

Que atitudes devem ser tomadas para garantir o *desenvolvimento*? No contexto das sociedades capitalistas, *desenvolver* está sempre atrelado a ganhar mais dinheiro, obter mais lucro. Nesse sentido, o Bem Viver questiona o *desenvolvimento* a qualquer custo e propõe uma visão mais diversificada e complexa dos ecossistemas, que promova a integração entre Natureza e humanos.

Em segundo lugar, o Bem Viver propõe uma concepção plurinacional e intercultural que garanta espaço, dignidade e respeito aos diferentes grupos sociais que integram uma determinada comunidade. Enquanto a perspectiva do *desenvolvimento* individualiza as pessoas, atomiza elas, o Bem Viver procura resgatar as diversidades e o respeito aos Outros, dentre eles a Natureza, empreendendo e fortalecendo “a luta pela reivindicação dos povos e nacionalidades, em sintonia com as ações de resistência e construção de amplos segmentos de populações marginalizadas e periféricas” (ACOSTA, 2016, p. 82).

Em terceiro lugar, o Bem Viver propõe o combate às desigualdades. Não é possível alcançar a integração e a multiculturalidade sem combater o classismo, o patriarcado e o racismo. Essas estruturas coloniais-modernas que fundamentam a organização do modelo econômico capitalista – e sem os quais este não existiria – precisam ser questionadas e contestadas. Não dá para fechar os olhos e nos arrogarmos o direito de dizer que *somos todos iguais*, pois uma mulher negra e uma mulher indígena, no contexto brasileiro, sabem muito bem que são diferentes de uma mulher branca e de um homem branco. Elas ocupam espaços diferentes e são situadas e (des)valorizadas de formas diferentes.

Dessa forma, o Bem Viver procura construir uma proposta de harmonia com a Natureza, reciprocidade, relacionalidade e complementaridade e solidariedade entre indivíduos e comunidades, traçando uma oposição ao conceito de acumulação perpétua, buscando formular alternativas de vida em um contexto que, claramente, as nossas alternativas estão bem reduzidas pelas propostas coloniais-modernas capitalistas. Nessa outra lógica, torna-se necessário questionar as noções de bem-estar propagadas e de estilo de vida almejados socialmente – o *ter para ser* não pode ser mantido a longo prazo – na tentativa de se construir um projeto realmente democrático e emancipador, superando aquilo que nos é apresentado como *o único modelo econômico que deu certo*, o capitalismo.

Para tanto, o Bem Viver não deve, jamais, ser articulado aos princípios do capitalismo. Muito pelo contrário. “Seus argumentos prioritários são um convite a não cair na armadilha de um conceito de ‘desenvolvimento sustentável’ ou ‘capitalismo verde’ que não afete o processo de

ECO-REBEL

revalorização do capital – ou seja, o capitalismo” (ACOSTA, 2016, p, 86); são um convite a escutarmos e considerarmos os *sentidos na natureza*, entendendo que não é a Natureza que deve se submeter aos contornos da economia, mas o contrário.

A economia deve submeter-se à ecologia. Por uma razão muito simples: a Natureza estabelece os limites e alcances da sustentabilidade e a capacidade de renovação que possuem os sistemas para autorrenovar-se. Disso dependem as atividades produtivas. Ou seja: se se destrói a Natureza, destroem-se as bases da própria economia (ACOSTA, 2016, 121).

Ao falarmos em *sentidos da Natureza*, precisamos considerar dois tipos distintos de sentidos que emanam dela. Primeiro, a Natureza tem um sentido em termos de direção, para onde ela se encaminha. Com todo o aparato científico e tecnológico que as sociedades ocidentalizadas já desenvolveram, deveríamos ser capazes, há bastante tempo², de compreender esse sentido. Entretanto, ainda hoje, não aceitamos que a Natureza se direciona para a manutenção da vida; não a vida de um indivíduo, mas a vida dos ecossistemas, das coletividades.

Além do sentido enquanto direção, é importante entendermos que a Natureza também produz sentidos, significados. Esses significados são lidos a partir das relações que os diferentes Seres estabelecem com ela. Nós, humanos situados em sociedades ocidentalizadas, frequentemente urbanas, fomos acostumados a não *escutar/ler* os sentidos produzidos pela Natureza. Não conseguimos nem compreender que o tempo da Natureza é completamente diferente do nosso e que aquilo que vemos ou percebemos no pequeno intervalo de cem anos – quando muito – que temos de vida, não é capaz de nos dar toda a dimensão do que é ou deixa de ser a Natureza.

Assim, para compreendermos os *sentidos da Natureza*, precisamos, primeiramente, reconhecer que fazemos parte dela e que ela possui limites biofísicos que não se submetem ao tempo e à lógica dos humanos, não podendo, assim, ser reduzida à categoria de *recursos naturais* e/ou *commodities*. Nesse sentido, uma alternativa aventada em países cujas comunidades vivenciam cosmovisões tradicionais do Bem Viver, como o Equador, tem sido tornar a Natureza uma Sujeita de Direitos. Nessa lógica, a Natureza passa a ter o direito de ser respeitada e cuidada, o que lhe garante o direito intrínseco à vida.

A Natureza vale por si mesma, independentemente da utilidade ou dos usos que se lhe atribua. Isso representa uma visão biocêntrica. Estes direitos não defendem

2 Desde 1992, a Organização das Nações Unidas (ONU) vem reunindo líderes governamentais, cientistas e representantes de entidades não-governamentais para discutirem, em conjunto, como evitar os efeitos da destruição ambiental. Até hoje, nenhuma medida realmente significativa foi tomada nesse sentido.

ECO-REBEL

uma Natureza intocada, que nos leve, por exemplo a deixar de cultivar a terra, de pescar ou de criar animais. Estes direitos defendem a manutenção dos sistemas de vida – do conjunto da vida. Sua atenção se volta aos ecossistemas, às coletividades, não aos indivíduos (ACOSTA, 2016, p. 131).

É essa virada ecológica que nos permite assumir a concepção de que a Natureza possui, por si própria, uma força agenciadora, fomentando diferentes sentidos e configurando identidades, ou seja, ela participa ativamente e de maneira não determinística na construção das múltiplas sensibilidades de mundo que a habitam, o que nos possibilita, enquanto analistas do discurso, aventar uma gama de novas interpretações para os sentidos da Natureza.

Algumas considerações

As reflexões apresentadas neste ensaio se baseiam em grandes anseios que venho nutrindo em relação à maneira como os seres humanos das sociedades ocidentalizadas capitalistas, que se fundamentam na lógica da colonialidade/modernidade, interagem e vivenciam a Natureza. O capitalismo, para a maior parte dos indivíduos e para a Natureza, é um sistema econômico-social-político que nem de longe deu certo. Ele nunca deu certo para as mulheres de regiões europeias que foram usurpadas de suas terras comunais pela burguesia e tiveram que se prostituir para garantir o sustento da família (FEDERICI, 2017); ele nunca deu certo para milhares de indígenas dizimados para que suas terras fossem transformadas em *recursos naturais*; ele nunca deu certo para milhares de indivíduos negros africanos que foram traficados e escravizados; ele nunca deu certo para todas as áreas desmatadas e todas as espécies extintas em prol do *desenvolvimento* e do *progresso*. O capitalismo continua não dando certo para bilhões de pessoas que se encontram em vulnerabilidade social e econômica porque não se encaixam nas matrizes normativas estabelecidas por esse sistema (ARRUZZA et al., 2019).

O capitalismo só *deu certo* para o pequeno grupo de pessoas que lucra financeiramente e/ou socialmente com os contornos nefastos da lógica da colonialidade/modernidade. Para esse pequeno grupo, o que são milhares de pessoas em condições de trabalho análogas à escravidão quando os recursos financeiros deles crescem consideravelmente todos os dias? O que é uma multa de milhões para uma indústria que mata um rio quando ela ganha muito mais com essa destruição? O próprio capitalismo delinea punições brandas para aqueles que destroem a Natureza. Assim, é

ECO-REBEL

possível constatar que esse pequeno grupo de pessoas possui um outro projeto de mundo e de sociedade: um projeto que se apropria da Natureza e que a destrói para gerar lucros.

É possível verificar esse outro projeto de sociedade em funcionamento em países que tiveram seus aquíferos sequestrados para gerar dividendos a grandes empresas. Também é possível ver esse projeto em funcionamento quando a Amazônia é destruída para dar espaço ao pasto e à monocultura. Da mesma forma, é possível ver esse projeto em andamento quando a crise alimentar que afeta a vida de milhões de pessoas não abala a confiança dos mercados do sistema financeiro. Para aqueles que ganham com esse projeto, pouco importa a Natureza. É para esse pequeno grupo que a *retórica da preservação* se torna produtiva, pois ela escamoteia o projeto em andamento, maquia a destruição presentificada e coloca no futuro as consequências dos nossos atos. Elucidar essa retórica é, a meu ver, uma etapa importante do processo de integração ontológica entre os diferentes domínios que constituem a Natureza.

Entretanto, além de elucidarmos a lógica que subjaz ao projeto do capitalismo para a Natureza, precisamos também, entender que nada do que é fundamentado nas bases de uma sociedade capitalista vai de fato garantir os direitos fundamentais da Natureza e uma vida digna e de qualidade para todos os Seres. Desse modo, qualquer forma de cultura extensiva, seja ela de grãos ou de animais, que destrua áreas inteiras de Natureza precisa ser repensada. Qualquer forma de preservação que permita a destruição de outras áreas deve ser contestada. Qualquer forma de opressão às múltiplas alteridades que integram a Natureza deve ser combatida. Precisamos, urgentemente, escutar outras históricas, conhecer outras cosmovisões e, escrever outras narrativas, construindo outras possibilidades de mundo, nas quais possamos ter uma relação mais saudável com a Natureza e com as múltiplas e diversas sensibilidades de mundo que a habitam.

Referências

ACOSTA, Alberto. O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi.; FRASER, Nancy. *Feminismo para os 99%: um manifesto*. São Paulo: Boitempo, 2019.

BRASIL. Jair Bolsonaro (2019-2022). *Discurso na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU)*. Nova Iorque, 24 set. 2019. Disponível em:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2019-09/presidente-jair-bolsonaro-discursa-na-assembleia-geral-da-onu>.

BORGES, Lorena Araújo de Oliveira. A natureza da pandemia: uma análise ecolinguística crítica das representações do meio ambiente em textos sobre o coronavírus. *Ecolinguística: Revista Brasileira de Ecologia e Linguagem (ECO-REBEL)*, 6(3), 2020. p. 11–36.

BORGES, Lorena Araújo de Oliveira; COUTO, Elza Kioko Nakayama Nenoki. A retórica da preservação: de como os discursos podem ser mobilizados para destruir a natureza. *Ecolinguística: Revista Brasileira De Ecologia E Linguagem (ECO-REBEL)*, 7(3), 05–22, 2021. Disponível em <https://periodicos.unb.br/index.php/erbel/article/view/41383>.

BRAIT, Beth (Org.). Bakhtin: outros conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2006.

COUTO, Hildo Honório; COUTO, Elza Kioko Nakayama Nenoki; BORGES, Lorena Araújo de Oliveira. *Análise do discurso ecológica (ADE)*. Campinas: Pontes, 2015.

COUTO, Elza Kioko Nakayama Nenoki; FERNANDES, Eliane Marquez Ferreira. Análise do discurso ecossistêmica (ADE): teoria e prática. Brasília, 2021. E-book. Disponível em: <http://www.ecoling.unb.br/publicacoes/livros/e-books>. Acesso em: 10 maio 2021.

COUTO, Elza Kioko Nenoki Nakayama; SILVA, Anderson Nowogrodzki. Discurso político: Análise do Discurso Ecossistêmica e Argumentação. In: OLIVEIRA, Esther Gomes; CORDEIRO, Isabel Cristina; MACHADO, Rosemeri Passos Baltazar Machado; SILVA, Suzete (Orgs.). *Discurso e argumentação: tecendo os efeitos de sentido*. 1ed. Campinas-SP: Pontes editores, 2020, v. 01, p. 67-86.

DERRIDA, Jacques. Living on: border lines. In: HARTMAN, Geoffrey (Ed.). *Deconstruction and criticism*. London, Henley: Routledge, 1979.

FAIRCLOUGH, Norman. *Analysing discourse: textual analysis for social research*. London, Nova York: Routledge, 2003.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Rio de Janeiro: Editora Elefante, 2017.

FERNANDES, Cleudemar Alves. *Análise do discurso: reflexões introdutórias*. São Carlos: Editora Claraluz, 2008.

HALLIDAY, Michael; MATTHIESSEN, Christian. *Halliday's introduction to functional grammar*. Fourth Edition. Abington/New York: Routledge, 2014.

KRESS, Gunther; VAN LEEUWEN, Theo. *Reading Images: the grammar of visual design*. London/New York: Routledge, 2006.

MALDONALDO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMES, Santiago; GROSFUGUEL, Ramón. *El giro decolonial*.

ECO-REBEL

Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá. Siglo del Hombre Editores; Universidad Central; Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana: Instituto Pensar, 2007.

MIGNOLO, Walter. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 32, n. 94, junho/2017.

NAESS, Arne. The shallow and the deep, long-range ecology movement. A summary. *Inquiry*, 16:1, p. 95-100, 1973.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y modernidad/racionalidade. *Perú Indígena*, 13(29), 1992, pp. 11-20.

STIBBE, Arran. Ecolinguistics and erasure: restoring the natural world to consciousnesses. In: HART, Christopher; CAP, Piotr (Ed.). *Contemporary Critical Discourse Studies*. London/ New York: Bloomsbury Publishing Plc, 2014.

STIBBE, Arran. *Ecolinguistics: language, ecology and the stories we live by*. London: Routledge, 2015.

VAN DIJK, Teun. Critical Discourse Analysis. In.: SCHIFFRIN, Deborah; TANNEN, Deborah; HAMILTON, Heidi (Orgs.). *Handbook of Discourse Analysis*. Oxford: Blackwell, 2001, p. 352-371.

Aceito em 16/01/2023.

ECOLINGUÍSTICA: REVISTA BRASILEIRA DE
ECOLOGIA E LINGUAGEM (ECO-REBEL), V. 9, N. 1, 2023.